

Apresentação

Filipe Ceppas & Gustavo Chataignier

Cinquenta anos de desconstrução. Este dossier aborda, evidentemente, a desconstrução e a obra de Derrida, mas também e sobretudo os seus 50 anos, o que pode significar muitas coisas: sua atualidade (ou a atualidade pensada a partir da desconstrução); sua maturidade; seu luto; “a desconstrução” ao longo desse tempo (e qual seria o tempo da desconstrução ou, ainda, o tempo como desconstrução); uma reconsideração sobre a publicação dos livros *Gramatologia*, *Escritura e diferença* e *A voz e o fenômeno*, em 1967, enquanto um acontecimento; este acontecimento como efeméride (a ser comemorado? festejado?); etc. Há um pouco de tudo isso nos textos aqui publicados, e muito mais que cabe como *pré-texto* (adiamento infinito de um texto im-possível) para continuar a fazer o que sempre fazemos, com e a partir dos textos de Derrida: “pensar” — *o que não quer dizer muita coisa*, nos vários sentidos possíveis que o termo suscita: que um pensar genérico não diz quase nada; que pensar não é o mesmo que dizer muita coisa; que pensar não é *querer* dizer muita coisa, sendo, ao mesmo tempo, na desconstrução, sempre uma atenção simultânea a muita coisa (*disseminação*); que o pensamento não é capaz de dizer (*nunca muito* ou *quase nada*) “as coisas”; que pensar com a desconstrução é sempre também pensar a defasagem entre o pensar, o querer dizer, o dizer, a escrita; etc.

Este livro contém 19 textos apresentados no *II Colóquio Internacional do Nuffc, 50 anos de desconstrução*,¹ ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 17 e 20 de outubro de 2017, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ. Como apresentar tudo o que adveio desta “célula” de produção textual, desse breve e intenso “aparelho derridiano” reunido em quatro dias nos trópicos? Em se tratando da

¹ O Núcleo de Filosofia Francesa Contemporânea (Nuffc), cadastrado como Grupo de Pesquisa do CNPq desde 2008, está sediado atualmente no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGF-UFRJ) e tem como coordenadores Filipe Ceppas (UFRJ) e Gustavo Chataignier (PUC-Rio). O Nuffc promove encontros, palestras e debates regularmente, tendo organizado seu primeiro encontro internacional (*Educação, Ética e Política na Contemporaneidade*) em 2 e 3 de dezembro de 2003, na PUC-Rio e na UFRJ. Ver <http://nuffc.blogspot.com.br> Os organizadores aproveitam para agradecer à equipe sem a qual o evento não teria sido possível: Alessandro Pimenta, Daniela Lima, Felipe Ribeiro, Raffaella Binato e Raquel Rocha. Agradecemos, ainda, aos colegas Gilberto Paulino de Araújo, Josué Borges de Araújo Godinho, Danilo Rodrigues Pimenta e Carola Gabriela Sepúlveda Vásquez, que nos auxiliaram com a revisão dos textos.

motivação inicial, nem sempre seguida à risca pelos autores e autoras (motivação ancorada em textos produzidos em meados da década de 1960), vale considerar uma releitura *gauche* e *militante* da desconstrução, numa época de cinismo institucional, políticas conservadoras e pós-verdades. É necessária a coragem de dizer o que em Derrida nos move, para além ou aquém de qualquer “derridianês” — coragem e dificuldade, simultaneamente, de assumir a distância entre aquilo que se pode identificar como “crítico” ou “subversivo” na desconstrução e os contextos político-culturais da atualidade. Porque a desconstrução opera sempre além ou aquém da crítica, sempre paradoxal e irremediavelmente refém de um “contexto” ao mesmo tempo que além ou aquém de sua clausura.

Nada melhor para demonstrá-lo do que iniciar este percurso com o texto de Patrice Vermeren, “Jacques Derrida, Victor Cousin e o Colégio internacional de filosofia”. Como pensar as Humanidades, hoje, a partir da desconstrução? E como pensar a desconstrução a partir da pergunta atual pelas Humanidades? Vermeren inicia seu texto com o pensar desconstrutivo sobre a *inatualidade* das Humanidades, num tempo presente marcado pela inumanidade. Isso lhe permite situar três aspectos interligados da trajetória de Derrida. A língua filosófica, a biografia e a crítica à metafísica formariam o “triplo imperativo” (aporético) que governaria o “cuidado filosófico” de Derrida: “...inventar uma escritura como uma revolução interminável, na fidelidade infiel à língua francesa; se manter nas bordas da instituição filosófica, em uma postura que não a coloca nem nas ortodoxias filosófica e universitária, nem no exterior, mas em uma posição dentro/fora que trabalha suas margens; se liberar do etnocentrismo e do eurocentrismo em nome da filosofia e de sua filiação europeia”.

No texto de Didier Moreau, “A questão educativa e a espectralidade: abordagens derridianas”, a educação, concebida como um processo de instituição de “uma vida livre e desevolva”, permite contrastar Derrida, Foucault e Gadamer em torno dos temas da *parousia*, do sujeito e da amizade. Estar assombrado pela espectralidade, ou *na falha* que a constitui, *marva* (de forma não definitiva, não definidora, mas constante) o sujeito educativo. Sabemos lidar com *isso*, a *instituição* de um sujeito a partir de sua “semipresença”? O que significa assumir que, na educação (e na política), a relação eu-outro é constituída por um modelo espectral de amizade, onde o outro só pode ser, e sempre de forma instituinte e paradoxal, um “fantasma de nosso próprio passado”, ou uma fissura constante entre o passado e o futuro? Seria preciso perguntar o mesmo sobre

todo *texto*, e logo sobre esses textos que aqui se apresentam — assim como sobre nossa relação com “a desconstrução” — como algo *passado*?

Não temos como pensar a “atualidade”, a “presença” da desconstrução (assim como de qualquer outro pensamento, texto, interlocutor, autor), senão como marcada pela *semipresença*, pela *spectralidade*. Mas essa fissura (esse “im-possível”) é também a sua *chance*, como nos adverte Laurence Cornu, em “A desconstrução como memória e como chance”. Desconstrução como “*vinda* ao mundo dos ‘novos’, liberdade de começar, ato pensado, como um segundo nascimento, inesperado, imprevisível, invenção...” Se a desconstrução não é uma “palavra de ordem” (como fazer política sem palavras de ordem?), é também porque ela não se exercita senão na escrita, no texto, também na intertextualidade, em uma “multiplicidade das línguas”. O indecível do endereçamento e de seus fantasmas, sua *destinerrância*, como o (im)próprio de um pensamento que se quer “prático”, “vivo”, “agitador”, “concreto”.

E o que haveria fora do texto? A crítica preguiçosa (e predominante) insiste em ver na desconstrução somente um jogo infinito de remissão textual, um malabarismo pseudo-conceitual, uma simples *masturbação* intelectual. Ela quer ignorar que a *différance*, ou o indecível, é o fantasmático na remissão a todo e qualquer fora do texto, na suposição da presença do que há, do real independente de todo texto, e do texto compreendido como mero suplemento, simultaneamente inessencial e perigoso, de uma linguagem que “tocaria o real” em alguma extremidade misteriosa. Ela, a crítica preguiçosa, pensa qualquer investigação sobre o fantasmático da materialidade textual do toque como sendo uma “negação do real”. E não há denegação mais evidente da natureza *falocêntrica* da crítica preguiçosa do que qualificar a desconstrução como “masturbatória”. Não foi Derrida ele mesmo quem, a partir de Rousseau, chamou a atenção para o paralelismo entre escrita e masturbação, ambos supostos meros suplementos, simultaneamente inessenciais e perigosos? A pressuposição da pura suplementaridade não marca apenas o paralelismo da distinção entre o “mero texto” e o “tocar a coisa mesma” com a distância entre masturbação e gozo sexual, compreendido como presença ou plenitude. Ela é o eixo a partir do qual as aporias se multiplicam ao infinito, a começar pela desesperadora fragilidade de uma essência tão radicalmente ameaçada por esse “mero suplemento”, a escrita. E quando se pergunta, ingenuamente, a qual *gênero*, afinal, pertence a desconstrução, se literário ou filosófico, seria tentador responder que a desconstrução é *trans*.

Laura Llevadot nos faz desconfiar, entretanto, de qualquer “duvidosa promessa de salvação” perante os paradoxos do gênero. Assim é, tanto para o texto como para o gênero: como um piscar de olhos, um “conjunto de x elementos”, mas um conjunto que já não pertence à mesma ordem dos elementos que contém, um pertencimento que não pertence a nenhum gênero — mensagens epigrafadas no texto de Llevadot, “Lógica del Parpadeo. Deconstrucción y Diferencia Sexual”. Se há uma lição de Derrida quanto ao gênero é esta de que “não nos desfazemos da identidade normativa por vontade, nem saltando fora dela, como se houvesse algum lugar para saltar”; ou, ainda: “que não há senão relato, que não há senão gênero, e que, ao mesmo tempo, ‘au même temps’, nenhum texto poderá pertencer a um gênero, como tampouco alguém, um corpo, se identificará com ‘seu’ gênero, isto é, nas palavras de Derrida, que ‘a marca da pertença não pertence’”; tal como o piscar do olho não pertence ao que dá a ver, mas o que se vê não existe sem o piscar do olho. Llevadot segue, a partir de Derrida (sobre Nietzsche em *Éperons* e sobre Blanchot de *La folie du jour*), o feminino como deslocamento, desvio, contaminação, “operação feminina”: “o feminino afirmado é o deslocamento da oposição masculino/feminino, do mesmo modo que a escrita a ser afirmada como ‘arquiescritura’ desloca a oposição entre escrita e fala. Poderíamos pensar aqui num ‘arquifeminino’ consistente nada menos que num borramento da identidade”.

O toque é uma senha importante da viagem vegetal intensiva a qual Adalberto Müller nos convida, em seu “Derrida e as flores: da retórica”. Numa espécie de jogo rizomático de contra-assinatura, o *vegetal que logo sou* se escreve e se inscreve no(s) texto(s) de Adalberto (e de Ponge e de Derrida — e talvez pudéssemos falar de uma “*mimosa que logo sou*”, para ressaltar o jogo semântico, latente no texto, da natureza (*trans?*) sexual do conceitáculo, das sementes, das *bombas*); experiência em que pensar o texto e o pensamento sob o signo das plantas (e, em especial, da mimosa que se move quando tocada) nos faz transitar pelas aporias das aproximações entre o humano e o vegetal, ou entre o vegetal e a escrita-pensamento como o suposto “próprio do homem”. Longe de ser o reino o mais inerte, o mais passivo, sem temporalidade, sem comunicação, sem sociabilidade, sem inteligência, o vegetal é o *sob* onde Ponge reconhece quase que a medida mesmo de toda a temporalidade, da duração, do movimento, da própria vida, se torcendo em espiral, com seus milhares de fígados e cérebros espalhados. Adalberto, seguindo os rastros de Ponge-Derrida, nos mostra como, sob a retórica e a *mimesis* como torção da inscrição, da escrita, do texto e da assinatura, se entrelaçam as questões da ética e da política frente aos desafios do antropoceno: “O vegetal nos leva a pensar que há

uma ética que se baseia mais em dividir do que em reter, em acolher mais do que escolher, em ofertar mais do que apartar. Uma ética da generosidade, que é, em última instância, uma ética da hospitalidade.”

A questão do *toque* e as aporias da escrita se prolongam no texto de Ana Kiffer, desta vez explorando a aproximação de Derrida com outro escritor: Artaud, no limiar entre a letra e o desenho dos seus cadernos, que é também uma “borda entre o conceito e a arte”, uma escrita que não se destina nem a um nem à outra. Kiffer encontra em *Memórias de cego – autorretrato e outras ruínas*, pontes importantes (literalmente, *pontos de contato*) entre os cadernos de Artaud e a análise derridiana da experiência (ao mesmo tempo “artística” e de pensamento, ou ainda *nem uma nem outro*) do tatear, do sentir e da escrita. A escrita-grafismo dos cadernos de Artaud, enquanto performatividade da mão, “antecipação” que “desorganiza as hierarquias de sentido”, cria “um corpo —decerto desorganizado, sem obra— que dobra constantemente interior/exterior”. Kiffer explora essa criação como uma “experiência de leitura do ilegível”, explicitando os limites da experiência do corpo, dos corpos empilhados da guerra ao corpo medicalizado nos sanatórios, que é também (como negá-lo?) o horizonte incontornável dos corpos sacrificados da *nossa* violência e medicalização da vida cotidiana. Essa leitura do ilegível estaria no coração da desconstrução derridiana, enquanto experiência do “impossível como o único campo possível para ‘experimentar’ o pensamento”.

É do impossível da violência também que fala o texto de Carla Rodrigues, “A polícia como problema filosófico”. Rodrigues procura pensar filosoficamente a polícia e sua violência no contexto dos conflitos armados (da *guerra*) no Rio de Janeiro, dialogando com Benjamin, Derrida, Butler, Foucault, Agamben e Rancière. De Benjamin, seguido de perto por estes outros autores em diversos aspectos, ela retira a ideia de que a crítica à violência do Estado implica o interesse “por aquilo que está perdido”, o que é sempre “fraco diante da lei”. Rodrigues aproxima Derrida e Rancière na tese de que “a degenerescência da polícia é também o fracasso total da política”, indicando caminhos críticos em que o tema da violência policial se apresenta como um problema maior da política, ou problema fundamental para uma filosofia política, ou, ainda, para a filosofia *tout court*: “O legado dos 50 anos da desconstrução para mim é a chance ínfima e radical de dizer que fazer filosofia é hoje fazer filosofia política para dar a ver o que não pode ser visto.”

Dar a ver o que não pode ser visto é bem uma definição (im)possível da dimensão aporética da desconstrução no que se refere ao testemunho, como nos mostra

o trabalho de João Camilo Penna, “Dizer a verdade”. A expressão “definição (im)possível” não é somente um jogo de palavras. Ela qualifica a ideia de que é somente enfrentando a impossibilidade de uma garantia jurídica inequívoca do testemunho que este pode aproximar-se da possibilidade mesma de sua verdade. Como Camilo afirma, a abordagem derridiana do testemunho abala a confiança jurídica que se quer nele depositar, como garantidor da verdade. Uma análise cuidadosa dos sentidos do testemunho e das testemunhas demonstra a indissociabilidade entre o caráter único, e idealmente unívoco, de um terceiro que presencia um acontecimento, a dimensão performativa de sua declaração, que visa a verdade, e o seu suporte (relato, documento, imagem, todo tipo de dispositivo técnico-protético que deve, necessariamente, fixar e tornar acessível a verdade do testemunho). Camilo mostra como que, na trilha da análise derridiana (do seminário inédito “Responder – do segredo”, de 1992-1993, proferido no EHESS e em Irvine, na Califórnia), apenas o enfrentamento da questão da dimensão ficcional do testemunho pode nos aproximar da percepção de sua verdade, recusando todo negacionismo histórico e político.

O texto de Rafael Haddock-Lobo, “A desconstrução em face da branca mitologia: Gramatologia contra o etnocentrismo e a experiência da crueldade colonial”, inscreve-se na urgência de se rever conceitos que até nossos dias norteiam o debate político. Evoca a vinda de Derrida ao Rio de Janeiro, em 2004, e sua fala não sobre uma reconciliação em panos quentes das fraturas sociais, mas de uma alteridade radical e constituinte, trazida no termo *Ubuntu*, cuja evocação remetia, em termos empíricos, ao caso da África do Sul. A gramatologia se opõe ao eurocentrismo, segundo o qual a fala remete a uma presença plena. Em texto posterior, Derrida assim aponta: “A metafísica – mitologia branca que reúne e reflete a cultura do Ocidente: o homem branco toma a sua própria mitologia, indo-europeia, o seu *logos*, isto é, o *mythos* do seu idioma, pela forma universal do que ainda deve querer designar por Razão”. De forma corajosa, o autor se coloca em xeque, expondo suas posições e, em um só tempo, aceitando-as e as deslocando, no bojo do processo infindo de identificação, tal como em “O monolinguismo do outro”.

As ressonâncias entre Derrida, a desconstrução e a educação não deixaram de reverberar no nosso (des)encontro. Se, na *Poética*, Aristóteles define a metáfora como “transporte” (de um gênero a uma espécie), qual é o seu quinhão para o pensamento derridiano? A hermenêutica de Ricoeur é convocada ao diálogo sob o horizonte da educação, da transmissão e da possibilidade de tradução. Eis a proposta de Alessandro Pimenta em “O diálogo e a aprendizagem em filosofia a partir de Ricoeur e Derrida”.

Uma comunidade imanente à “fala ensinante” se deslinda. É justamente nesse sentido eminentemente não idealista que se coloca a instituição filosófica ou a necessidade da instituição no exercício da filosofia: “A instituição, neste caso, a universidade, segundo Derrida, possui uma dupla responsabilidade, a saber, guardar a memória e guardar a chance, a possibilidade de mudança”. Se o conceito não passa de uma metáfora que esqueceu sua própria procedência (Derrida), haveria uma aproximação pertinente com o universo de Ricoeur, visto que a paciência hermenêutica se alia com a irrupção do novo, ensejando a redefinição do educador como metaforizador ou anfitrião.

O texto de André Borges, “Resistência e aspectos internos da autocrítica universitária” aborda as análises que Derrida dedicou às instituições de ensino e à universidade em particular. Segundo Borges, a crítica incondicional da desconstrução se organiza não segundo uma finalidade, mas segundo um horizonte, e aí se apresenta o papel das Humanidades, das “novas humanidades”, que deverão decidir o sentido desconstrucionista das instituições universitárias, bem como seu próprio futuro como estabelecimento de ensino. Dupla tarefa desconstrutiva da Universidade: quanto à tarefa de resistência (e, em especial, das Humanidades) e quanto ao caráter interno da sua crítica. Em seu artigo, em um primeiro momento, Borges apresenta a tarefa de resistência, abordando o texto “A Universidade sem condição” e, num segundo momento, trabalha o caráter interno da crítica universitária, a partir do texto “Onde começa e como termina um corpo docente”, esclarecendo o modo desconstrucionista de pensar tal instituição.

Seguindo a precedência do Outro, Carolina Ávalos propõe instigante diálogo entre tradição e *diferência*. A partir da América Latina, a autora se indaga sobre as razões do encobrimento do saber popular por uma filosofia oficial. Há que assinalar, uma vez mais, que a filosofia, tal como compreendida por Derrida, sempre foi um dispositivo prático-institucional, pressuposição da qual ela pode retirar sua eficácia desnorteadora. O que está em questão, não em última instância, mas em todas as múltiplas cenas do discurso, não é senão o direito à filosofia. Mais do que uma busca por uma origem latino-americana da filosofia, Ávalos, na esteira de Vermeren e Macherey, privilegia uma topografia habitada por fazeres específicos, ritmada por uma realidade material. Trata-se de repetições, apropriações e deslocamentos. Em tempos em que o ensino da filosofia se vê ameaçado, quer seja no Chile, quer seja no Brasil, o texto responde a um chamado: “A afirmação da filosofia consistirá então em um compromisso, inclusive uma

responsabilidade, que se encontra longe de se reduzir a uma lógica de definição ou de posição filosófica”.

A atual inatualidade da desconstrução foi debatida, entre outros, por Gustavo Celedón, no texto “Mutações infinitas da desconstrução: crítica à razão limitada e literal”. Desconstruir a desconstrução. Derrida rechaça qualquer tentativa de captura metodológica. A fala de Celedón se indaga sobre a desconstrução enquanto acontecimento no pensamento, mas também sobre sua idade ou sua potência de estipulação de horizontes. Por meio de aproximações sucessivas, o autor assume a efemeridade do cinquentenário da desconstrução e propõe que se levem adiante perspectivas inauguradas por Derrida. Se o acontecimento é indiscernível e o sujeito jamais o apreende totalmente, a desconstrução não deveria se furtar a pensar o acontecimento no presente, ao invés de sua eterna postergação. O indecível da escolha enquanto loucura se dá justamente no presente, munindo assim a desconstrução de crítica ligada ao fazer. Ao invés de ordenar a crise da representação segundo uma hierarquia de valores, o decisivo consiste em pensar a forma, uma volta à experiência.

José Olímpio dos Santos Neto, em “Rumo a uma Fenomenologia dos Fatos no Mundo”, sugere caminho semelhante a uma “volta à experiência”, ao procurar resgatar certos princípios da fenomenologia em conjunção com os (quase) conceitos derridianos de actuvirtualidade e artefactualidade. Explorando textos menos comentados de Derrida, como *Échographies de la télévision* e *Pensar em não ver*, o autor indica como a espectralidade da desconstrução conjuga fenomenologia e antifenomenologia, em especial quando se trata de falar dos “fatos” tal como eles “aparecem” nas tele-tecnologias de comunicação midiáticas.

O texto de Ricardo Viscardi, “Una inscripción deconstructiva del contexto de la globalización tecnológica”, também nos convida a pensar as relações aporéticas da desconstrução com “o presente”, agora nos termos de uma decisão soberana que assumiria incondicionalmente o acontecimento. Embora recorrendo, como José Olímpio, às questões e (quase) conceitos de *Échographies de la télévision*, o autor explora a dimensão maquínica da hiper-performatividade contemporânea na remissão desconstrutiva de Derrida a Freud e a Kant. Viscardi revisita as mutações tecnológicas da escritura, a partir do inconsciente “máquina de escrever” freudiano (analisado por Derrida em “Freud e a cena da escritura”), em conjunção com a desconstrução da subordinação kantiana da “natureza enquanto máquina” submetida a um cálculo soberano de regras, para chegar à “incondicionalidade com relação a elementos que

superam toda regra e toda previsão humana, sem deixar, apesar disso, de tomar parte em uma liberdade de conduzir-se com respeito à razão, ante o que (ou quem) advém”.

Num contexto de crise do humanismo e das humanidades (mas essa crise já não sempre esteve aí?), uma certa indissociabilidade entre literatura, política e desconstrução interroga, desde *Glass*, em particular, o inumano. É no emaranhado de referências ao inumano que circula o texto de Dirce Solis. A autora faz dialogar Max Stirner e Jean Genet, num jogo de remissões textuais que nos ajuda a perceber uma trama que, em Derrida, faz do espectro a imagem aporética privilegiada da *différance*. Nem inteligível nem sensível, nem morto nem vivo: o espectro ou monstro inumano, na figura do “único” ou do criminoso, em Stirner e Genet, põe em movimento uma trajetória circular, da prisão ao texto e de volta à prisão, o que faz com que a própria distinção entre literatura e “realidade” vacile, se torne espectral, indecível entre o aceitável e inaceitável, o dentro e o fora, a inclusão e a transgressão, abalando, se não desde dentro, ao menos lado a lado, a grande novela do saber absoluto.

Para muitos comentadores, a literatura é um lugar privilegiado para o surgimento, ou emaranhamento, da desconstrução. Talvez porque o compromisso com a verdade estivesse de pronto, senão negado, ao menos, para retomar um termo fenomenológico, posto entre parênteses. O que diz a linguagem? Qual é a propriedade de um nome? Gabriel Cid de Garcia enfrenta essas questões em “Dos efeitos de assinatura à multiplicidade: a condição postiça do eu, entre Derrida e Pessoa”. A circularidade do empreendimento metafísico visa a pavimentar o caminho que uniria identidade e verdade. O preço que se pagou para tanto foi o apagamento da metáfora do horizonte da racionalidade, ou a redução da racionalidade à instrumentalização. Em contrapartida, a proliferação de assinaturas de Fernando Pessoa borra limites entre a filosofia e seu objeto. Como apontou Derrida em *Limited Inc.*, não se trata de remontar a uma origem para apenas em seguida estipular suas variações, mas, antes, de pensar a metáfora como o impossível da filosofia. Nesse sentido, até mesmo Descartes se justificaria mais pela eloquência e estilo do que qualquer sorte de necessidade lógica. A heteronímia pessoana é um gesto reflexivo do poema sobre si, como a anti-mefatísica de Alberto Caeiro. Álvaro de Campos pôde assim escrever a “Passagem das horas”: “Multipliquei-me, para me sentir,/ Para me sentir, precisei sentir tudo,/ Transbordei, não fiz senão extravasar-me,/ Despi-me, entreguei-me,/ E há em cada canto da minha alma um altar a um deus diferente”.

Em um só tempo cortante, mas também cortada, a linguagem se erige como “Claro enigma”, na leitura empreendida por Gustavo Chataignier no artigo “Máquinas da escritura: devires sensíveis”. O ponto de partida é a leitura do poema “A máquina do mundo”, de Carlos Drummond de Andrade. A questão é indagar se o acontecimento do poema *A Máquina do mundo*, embora inserido numa tradição temática e formal (o mundo como máquina e forma em tercetos, embora na moderna roupagem de versos brancos), não faz da peça um pastiche ou mesmo imitação de seus ilustres antecessores – Dante e Camões (e mesmo Homero e Gregório de Matos), dispostos em palimpsesto e em evocações etimológicas. Seus nomes próprios são mais sintomas de um real do que etiquetas cuja pronúncia, por passe de mágica, evoca presenças autoexplicativas. A negação do eu-lírico carrega, em verdade, o indecível que o acompanha. Hímen que renasce, ou que se entrega sem se entregar, a poesia drummondiana cunha um espaço no seio mesmo da metafísica. Passa-se da máquina do mundo à máquina do poema: “baixei os olhos, incurioso, lasso, desdenhando colher a coisa oferta que se abria gratuita a meu engenho”.

Ainda no registro da interface desconstrução-literatura, Maria Antonieta Jordão Borba, em “A Desconstrução derridiana na literatura comparada de Silviano Santiago”, retoma o conceito de *interpretação* derivado das ideias de Michel Foucault e Jacques Derrida, com o objetivo de contribuir para o entendimento da linguagem e da cultura no mundo da língua portuguesa. Estendendo as reflexões dos filósofos a uma releitura da colonização brasileira, a autora desenvolve uma exposição em que revela de que modo a proposta teórica da literatura, e mais especificamente da literatura comparada de Silviano Santiago, é capaz de promover uma nova perspectiva de compreensão da identidade de países como o Brasil e seus vizinhos da América latina.

Em resumo, os textos aqui reunidos recobrem uma ampla e diversa gama de questões e problemas que assombram a desconstrução durante esses mais de 50 anos de escritura, enquanto exercício da *différance*, assombração de uma escrita que transborda toda e qualquer datação, efeméride, co-memoração. Só nos resta (se é que há aquilo que *resta*) nos unir ao suposto destinatário espectral, leitor, na experiência da destinerância e indecidibilidade de toda essa autoria e (re)escritura.